



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

DAUDA UALI

**O POVO MANDINGA, O ISLÃO COMO SALVAÇÃO:
UMA NARRATIVA EM RELAÇÃO AO ESTABELECIMENTO
DO PODER RELIGIOSO NA GUINÉ-BISSAU**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2019

DAUDA UALI

**O POVO MANDINGA, O ISLÃO COMO SALVAÇÃO:
UMA NARRATIVA EM RELAÇÃO AO ESTABELECIMENTO
DO PODER RELIGIOSO NA GUINÉ-BISSAU**

Projeto de pesquisa apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidade sediado nos Institutos de Humanidades e Letras Malês da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira como parte dos requisitos parcial para obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientadora: Profa. Dra. Carla Craice Da Silva.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2019

DAUDA UALI

**O POVO MANDINGA, O ISLÃO COMO SALVAÇÃO:
UMA NARRATIVA EM RELAÇÃO AO ESTABELECIMENTO
DO PODER RELIGIOSO NA GUINÉ-BISSAU**

Projeto de pesquisa apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidade sediado nos Institutos de Humanidades e Letras Malês da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira como parte dos requisitos parcial para obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Aprovada em: 27/03/2019.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Carla Craice Da Silva (Orientadora)

Professora na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Profa. Dra. Ana Cláudia Gomes de Souza (Avaliadora)

Professora na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Alexandre António Timbane (Avaliador)

Professor na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

SUMÁRIO

| | | |
|----------|--|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 5 |
| 2 | OBJETIVOS | 8 |
| 2.1 | OBJETIVO GERAL | 8 |
| 2.2 | OBJETIVOS ESPECÍFICOS | 8 |
| 3 | JUSTIFICATIVA | 9 |
| 4 | REFERENCIAL TEÓRICO | 10 |
| 4.1 | A ENTRADA DO POVO MANDINGA NO TERRITÓRIO GUINEENSE | 10 |
| 4.2 | A CULTURA MANDINGA | 14 |
| 4.3 | A RELAÇÃO DO POVO MANDINGA COM ISLÃO | 16 |
| 5 | METODOLOGIA | 18 |
| 6 | CRONOGRAMA | 20 |
| 7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 21 |
| | REFERÊNCIAS | 22 |

1 INTRODUÇÃO

A República da Guiné-Bissau, capital conhecida como Bissau, fica situada na “África de Oeste”. Faz fronteira com o Senegal ao norte, com a República da Guiné Conacri ao sul e Oceano Atlântico ao oeste. Com a área total de 36.125 Km². Desde a antiguidade, a Guiné-Bissau é um país com mais de trinta grupos “étnicos”, no qual cada grupo tem a sua forma de manifestação cultural. De acordo com as estatísticas atualizados nos últimos anos, o povo mandinga ocupa a terceira posição dos grupos com maior população no país (BENZINHO e ROSA, 2015). Desde a sua chegada ao país, o povo mandinga residiu nas regiões Norte e Leste do país, onde a maioria ainda se encontra atualmente. Apesar da resistência pelo domínio colonial, a cultura e costumes deste povo ainda se faz presente no cotidiano guineense.

Segundo Campos (2012), a dessecação do Saara três milênios a. C. provocou grande deslocamento dos povos, sendo que muitos foram para África austral e outros para “África Oeste”, e alguns foram habitar o território que atualmente constitui a Guiné-Bissau. Destacando ainda que a Guiné-Bissau recebeu vários grupos que saíram de diferentes partes da África, movimento provocado pelas guerras, conflitos sociais e “étnicos”, degradação das terras agrícolas e outros fatores que fizeram os mandingas se deslocarem do império de Mali¹ para ocupar Guiné-Bissau, expandindo suas culturas e costumes pelo resto do mundo.

Ressalta-se que os mandingas se instalaram muito cedo nos territórios que hoje pertencem a Guiné-Bissau, foi no século XII (LOPES, 1999) sendo partes do antigo império do Mali como província, sobretudo Kaabú, localizado no Leste da atual Guiné-Bissau. Conforme Silva (2017), a queda do império de Gana² no século XI deu surgimento ao grande império de Mali, que abarcava a atual Guiné-Bissau³. Após a decadência do Mali, surgiu o

1 Estado Malinke que sucedeu Ghana na Costa Oeste Africana entre séculos XIII a XIV, chegando ao seu apogeu com o Kankun Mussa e marabuts Diakhanka. Era um dos impérios mais importantes na preservação das culturas e sistemas administrativos do continente Africano no período medieval. (WILSON, 2017)

2 Este Estado já existia provavelmente desde 300 a.c. dirigido até 770 pela dinastia dos Magas, uma realeza da costa africana chamada Soninké. Nesse mesmo período expandiu o reino sob a autoridade do Kaya Maghan Sisse, que só mais tarde (790), se tornou Mansa. O Estado de Ghana tinha o centro de poder em Koumbi Saleh, na borda do deserto do Saara e os seus vestígios acabou praticamente nos anos 1240, sendo herdado pelo Império do Mali, Silva (2017) apud (LIMA, 1988, p.16-25).

3 O nome Guiné (Genna, Ghenea, Ginea, Gueni, Guinea, Jenni, Genni, Jinne, Djienne, Djénné), referia-se a uma povoação indígena, fundada por volta de 1040, nas margens do Níger. Ela situava-se a sudoeste de Tumbuctu por onde passava o ouro em direção ao Mediterrâneo. Foi importante centro comercial, capital do antigo império Fula e Mandinga, detentor do comércio de ouro e homens para serem condicionados ao trabalho sem remuneração, Silva apud (RESENDE, 1994).

império de Songhay⁴ no século XIV, que passou a controlar a maioria dos territórios que pertencia ao Estado antigo, mas sem grandes influências e interferências no território qual Guiné fazia parte. De mesmo modo, Jauará (2017) assevera que a fundação do império do Mali por Sundiata Keita, ocorreu no âmbito da desestruturação do império de Gana, forçando assim o fluxo migratório de Gana para o Mali com objetivo de ter acesso as novas terras agrícolas e estabelecer novas relações econômicas.

De acordo com Malacco (2017), a chegada dos mandingas no vale dos rios de Guiné ocorreu no âmbito da expansão do império de Mali, expondo assim sua cultura e seus costumes no território onde adentravam. Por outro lado, mostra que a vinda dos mandingas para o reino de Kaabú estimulava acesso ao mercado árabe e troca de produtos manufaturados para garantir o controle do poder.

Contudo, na perspectiva de Pinto (2009), a chegada dos mandingas na Guiné-Bissau não foi simplesmente por razões econômicas e políticas, mas de descobrimento de novas terras. Os mandingas:

[...] são originários das margens do Níger, mas a sua chegada ao atual território guineense é ancestral. Inicialmente, a chegada de mandingas acontece de uma forma pontual, pacífica, em número reduzido, com integração através de casamento e alianças com as populações locais. Segue-se o período da expansão do Império do Mali (o auge político e econômico no Sudão até ao século XVII) estabelecidos no Kaabú (reino súbdito do Império do Mali, que ocupou o território compreendido desde o rio Gâmbia ao Corubal e do Futa-Jalon às planícies costeiras), os Malinké empurraram os Balanta e os Byafada em direção à costa para terem mais terras para os seus saques e para cultivar. As línguas e dialetos Mandé distinguem-se claramente da subfamília oeste atlântica (que, por sua vez, integra a família linguística níger-congolesa), que integra os povos de toda a região circundante da Guiné. A sua estrutura social era composta por “homens livres”, executantes de funções especializadas (praticando reprodução endógama) e servos. (PINTO, 2009 p. 37)

Em conformidade com Lopes (2005) a chegada do povo mandinga tem influenciado um grande avanço em diferentes domínios, tanto nas questões sociais, como na política, economia e na cultura. Estes contribuíram afincadamente nas conquistas da sociedade, nomeadamente na luta pela independência contra os colonizadores portugueses. Após a participação desse povo na maior conquista do país, passaram ocupar um lugar de destaque na

4 Reino do povo Songhay que assumiu parte Leste do Império do Mali entre 1464 a 1591, cujo o líder Sonni Ali Kolen, tinha Gao como o centro de poder no território da atual República do Mali. Mais tarde esse povo foi derrotado na Batalha de Tondibi em março de 1591 pelos Marroquinos no comando de El D'Jouder, que se instalou em Tombuctu de onde enviava as riquezas como camelos carregados de ouro bruto, pimenta, chifres e uma espécie de madeira utilizada para tingir tecidos, além de cavalos, eunucos, anões e homens em condições de trabalho forçado para Marrocos, Silva apud (PAIGC, 1974).

configuração e fortalecimento da sociedade guineense. É de salientar que os mandingas se encontram na classe média dos grupos que deram força para libertar o país dos portugueses. Apesar mandingas criarem estruturas fortes contra o sistema colonial durante as décadas cinquenta e noventa houve uma resistência moderna, porém não conseguiram criar de uma postura homogênea em função das culturas e costumes.

É evidente que, a crença religiosa mandinga, antes da chegada do islamismo no território guineense, era voltada a cultuação das divindades tradicionais africanas (os Djinó) reservados geralmente nos bosques sagrados e outros lugares considerados sagrados para este povo, mas a chegada do islão criou uma dicotomia social, política e cultural entre os mandingas. Houve uma subdivisão, no qual passou a existir muitas famílias: entre os convertidos a nova religião, está o principal mansa mandinga Sundiata Keita que abraçou o islamismo, os que escolheram seguir as religiões tradicionais (caso de Tiramakham Traoré, um dos generais do Mansa Sundiata Keita e fundador do reino do Kaabú). Depois das subdivisões, os islamizados (convertidos) passaram⁵ a ser reconhecidos como os verdadeiros mandingas (LOPES, 1999). A proliferação dos mandingas islamizados apoiou um avanço significativo na expansão do islão no território nacional, pois, a resistência cultural introduzida pelo islão simboliza a estrutura do poder nas comunidades, porque fez desaparecer o culto animista.

Esse encontro entre diferentes crenças e culturas trouxe grande mistura do povo mandinga com outros povos. A nomenclatura dada (“verdadeiros mandingas”) vigora até os nossos dias, onde atualmente não se fala da mestiçagem para diferenciar quem são os verdadeiros mandingas entre os islamizados e animistas. Em diferentes versões da civilização mandinga, os relatos sobre as atividades aduaneiras foram bem narrados, mas deixaram de fora a organização política e social que foram construídos desde o império de Mali e reino do Kaabú⁶. Nestas problematizações surgiu a indagação da pesquisa que abordaremos ao longo da minha vida acadêmica.

Conforme Lopes (1999), quando se fala da história dos mandingas, é importante destacar a estrutura malinké na Alta costa da Guiné e da África medieval no processo da

5 Na verdade, após Turban kelò, acredita-se que todo povo mandinga tornou-se islamizado.

6 Kaabú ou Cabo, Gabu, Guabbu, Cabul, Kaabú, localizados contrafortes do Futa-Jalo a oeste, o rio Gâmbia a norte, o Atlântico e as ilhas Bijagós a leste e o rio Corubal e Nunez a sul, em território Sudanês. Província do Império do Mali que surgiu com a ocupação do Tiramakhan Traore na parte de atual Guiné-Bissau e tornou-se reino, cuja identidade Kaabunké era regulamentada pela ancestralidade, até a sua queda que ocorreu devido aos conflitos internos e ataque dos Fulas (Lopes, 1999; LOPES, 2005; Wilson, 2017)

unificação dos povos que habitavam os rios de Guiné⁷ durante seis séculos (XIII à XIX). Porém, será difícil pesquisar e compreender a verdadeira civilização mandinga sem dar uma retrospectiva dos fatos históricos sobre a formação longínquo desse povo. A herança mandinga no Kaabú é vasta e complexa, e merece a nossa reflexão. Nesta empreitada, abordaremos sucintamente as narrativas e analisaremos os contextos que foram pensadas e escritas, a partir de uma visão sociológica.

Entretanto, em uma análise preliminar, todas estas narrativas sejam dos administradores coloniais, assim como dos autores africanos, evocam as mesmas narrativas do respaldo socio histórico do povo mandinga. De qualquer modo, a nossa pesquisa pode coadunar nas mesmas narrativas, mas o desejo é trazer os outros tipos de fontes históricas para refletir sobre o embasamento da descendência mandinga ao longo do processo das guerras “interétnicas” e a geopolítica social deste grupo. Falando da Guiné-Bissau como Estado de nação, é visível e fácil comprovar as misturas das ideologias do poder colonial e dos impérios ao longo da sua formação, provavelmente que estas dicotomias podem ser levadas ao cabo para compreender o estado atual. De certa forma, não podemos ignorar os fatos históricos que o país já atravessou, efetivamente são problemas que a nação enfrentou durante séculos que podem ser compreendidas especificamente dentro de uma lógica com intuito de preservar a tradição.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

- Compreender as razões sociohistóricas que influenciaram o reconhecimento do povo mandinga na Guiné-Bissau como aqueles que pertencem a religião islã.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar como o poder colonial influenciou no processo de islamização dos mandingas;

⁷ Os rios da Guiné aqui referido não é a mesma coisa com rios da atual Guiné-Bissau. Naquela altura, os rios da Guiné referido englobava vários outros da sub-região, ou seja, desde atual Guiné passando pela Gambia, Senegal, Costa do Marfim entre outros territórios da África do Oeste.

- Historicizar o povo mandinga no reino de Kaabú, destacando a relação entre o poder tradicional e a configuração religiosa.
- Discutir os conflitos entre realidade islâmica e os preceitos “animistas” do povo mandinga.

3 JUSTIFICATIVA

Partimos do anseio de indagar sobre as narrativas que tem sido construídas pela sociedade guineense sobre a unificação e desmistificação de diversos povos, nomeadamente o povo mandinga. A decadência do império de Mali deu surgimento ao reino de Kaabú e o desmembramento de Senegambia dentro da estrutura de Kaabunké. Nas narrativas históricas, o povo mandinga era aquele que trabalhava e resistia não só contra sistema colonial, mas abdicaram a criação das estruturas políticas e econômicas no território conhecido atualmente como Guiné-Bissau, assim como nos outros países da “África Oeste”. Superando as diversidades que existem dentro do continente, os mandingas conseguiram manter e legitimar sua cultura em diferentes sociedades. Em vários países da África subsaariana, a língua mandinga é predominante em relação aos outros grupos, e essa configuração perpassa na amplitude da historiografia dos mandingas, que, na representatividade de suas riquezas, buscavam equilíbrio na sua cultura e civilização. Mesmo sendo minoritários nestes países, acabam por influenciar os povos majoritários em termos da cultura e costumes.

Como perspectiva do futuro, esta pesquisa poderá ser tida como fonte e pode servir de referência na demonstração do alicerce da sociedade guineense na base da diversidade cultural e histórica da contemporaneidade dos povos que passaram séculos em defesa da nação guineense. Muitos contos e histórias orais de origem mandinga permite nos compreender a história guineense, mas às vezes a interpretação das narrativas extrapolam os fatos verídicos e abstêm da própria realidade do povo que sobreviveu de uma resistência marginal.

De acordo com Lopes (1999), não podemos imaginar e projetar as realidades africanas exatamente a margem da contemporaneidade, mas podemos interpretá-las nas perspectivas das nossas experiências, respeitando as conceptualizações das realidades na base das normas científicas. Acredito que o povo africano merece ser pesquisado profundamente, assumindo o protagonismo daquilo que nos torna como povos únicos na história da humanidade.

O interesse sobre o tema surgiu no momento em que inseri dentro de uma conjuntura diversificada, onde não conseguia explicar a origem dos povos da Guiné-Bissau, nomeadamente meus ancestrais mandingas. A resposta é um fruto da minha problematização como pesquisador que quer compreender a sua verdadeira história.

Quando iniciei as pesquisas sobre este povo, comecei a ter o senso crítico das narrativas sobre a origem e participação do povo mandinga na construção da sociedade guineense. Espera-se que o presente trabalho servirá de um modesto contributo para os pesquisadores que querem compreender o povo mandinga, desde a época que império de Mali governava atual Guiné, sobretudo na configuração religiosa.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 A ENTRADA DO POVO MANDINGA NO TERRITÓRIO GUINEENSE

Segundo Lopes (2005), para retratar a historiografia dos mandingas no Reino de Kaabú é relevante destacar a decadência do Império de Mali, e por outro lado conhecer um pouco da história do Estado do Sudão Ocidental. Estás serão os caminhos importantíssimos da problematização e descendência do reino de Kaabú, que nos permitirá conhecer a saída de Kaabú e, ao mesmo tempo, ter um olhar em torno da convivência do povo mandinga.

Depois de declínio do império de Mali no século XII e XIII, suas estruturas políticas foram exportadas para Kaabú com o intuito de fortalecer bases de boa governação da província sob o domínio mandinga, na pessoa de mansa. Era um sistema autocrata, no qual governava duas famílias, a Mané e a Sané. Estes atendiam as necessidades do reino, porém criaram estruturas novas com o objetivo de chegar numa hierarquia social diferenciada no processo de formação e governação.

(...) os Mansas não tinham um poder absoluto. Guiavam-se por costumes ancestrais e pelas regras constitucionais da Mansaya. O desrespeito destas regras só podia justificar-se pela preocupação de ultrapassar uma crise de controlo e de equilíbrio do poder central. O poder do estado centra-se na necessidade de equilíbrio entre as regras institucionais e a sociedade civil. A grande autoridade dos kaabunké nasceram deste equilíbrio. As regras estabelecidas inspiram-se, em geral medida, no Mali, mas o caráter matrilinear da sucessão e o papel simbólico das mulheres nas construções ideológicas dos kaabunké deixam pressentir uma grande influência também dos povos da região. (LOPES, 1999, P. 232)

Em todo esse processo de formação do Estado Kaabunké, as organizações locais substituíam os poderes e privilégios do mansa na resolução dos conflitos dentro das comunidades, limitando as prerrogativas dos chefes e anciões. A legitimação não dependia totalmente dos chefes, mas perpassava outras instâncias da sociedade em comando da deliberação anciões e população em geral.

É pertinente salientar que o reino de Kaabú era conhecido como o centro comercial, com trocas trans-saarianos no território e no oeste da África, em que os produtos em destaque eram os escravizados exportados para o mercado exterior. O fim da herança do reino Kaabú e a colonização decorreram ao mesmo tempo, e fez com que o controle deste território se tornasse difícil (LOPES, 2005). Neste período, as estruturas políticas eram reorientadas pelos portugueses dificultando o acesso dos nativos aos espaços de poderes principalmente os que se encontravam na frente dos negócios de escravizados. E agravou-se com a Conferência de Berlim (1884-1885) onde os países imperialistas tomaram posse dos territórios para usufruir dos recursos naturais das nações africanas. Estes objetivos coloniais violaram arbitrariamente as vidas humanas e colocaram a população na base da miséria e atraso.

De acordo com Moio (2008) a história de Kaabú era dividida em quatro etapas. Estas estruturas foram divididas de seguinte maneira:

Primeiro, nos meados do século XIII, era um período de pré-mandinga onde a tradição mandinga incorporou as tradições de outros povos (biafadas, balantas e brames). Neste período não havia as influências islâmicas na sociedade mandinga, o que existia era a crença “animistas” em torno das interpretações das realidades na perspectiva de religiões tradicionais.

Na segunda etapa, nos anos 1240, a dominação mandinga teve o controle de Tiramakhan, o que condiciona a decadência do império do Mali nos finais do século XVI, e levou o seu desaparecimento no século XVII. Esse tornou o reino de Kaabú como independente com estabelecimento de Kansala como capital, assegurando o poder e criar as novas estruturas que podia dar conta ao controle do território.

Terceira etapa, no século XVII, o território de Kaabú chegou no seu apogeu, onde passou a ser o centro de comercializações dos escravos. Desde esse período surgiu pequenos problemas que vem enfraquecendo as autoridades locais. A chegada dos portugueses influenciou a divisão e desobediência de alguns chefes estavam no controle de mansa, obrigando a contradição e conflitos em relação ao comércio dos escravos. A negociação era feita por rei maior, mas com a imposição colonial as lideranças passaram ser exercidas pelos colaboradores dos antigos chefes confederais do rei.

Na quarta etapa, nos finais do século XVIII princípio de XIX,

esboça-se um declínio muito rápido, com os poderes tributários a ganharem uma autonomia crescente, sobretudo os situados junto à costa. É também o período dos levantamentos fula, cujas alianças com os colonizadores europeus contribuirão sobremaneira para um recrudescer das lutas intestinas, que vão minar completamente a autoridade do Kaabú Mansa-Ba, representante de um poder que já tinha sido importante e que passará de marginal a inexistente por volta de 1867, altura em que o assalto final a Kansala permite pôr fim à epopeia kaabunquê. (LOPES, 2005, p.15)

Em virtude destas subdivisões, verifica-se que Kaabú passou por uma resignificação de alianças conquistadas desde decadência de Mali, fazendo assim o reino a se manter durante anos na resistência contra o islão e o sistema colonial. Além de conflitos na configuração e formação ao redor de Kaabú, o colonialismo veio sendo o principal enfraquecedor das forças do mansa. Dentro do quadro de malinké, a mandinguização⁸ cada vez mais ganhou espaço na desmistificação e estabelecimento de suas regras face aos estrangeiros e nativos. Os colonizadores criaram as alianças com o povo fula na implementação de cristianismo e do islamismo como forma de acabar e por fim de mansa no território ocupado. Segundo Lopes (1989), na tentativa de eliminação do território de Kaabú, o animista Djanké Wali vai começar a pressionar e atacar o islão e a estrutura colonial como principais inimigos, mas sem sucesso. Os portugueses criaram várias estratégias de celebrar e assinar tratados com chefes locais das aldeias e a manipulação de conflitos entre os poderes políticos com objetivo de pôr fim a herança mandinga no controle administrativo de Kaabú.

De acordo com Costa (2003), nos séculos XV e XVI, a região de Kaabú vai se transformando num estado comercial denominado como Senegambia, e passará como a principal via na comercialização dos produtos no interior do território. Desde esse período, o tráfico dos escravizados foi estabelecido fortemente em Senegambia, criando mais forças entre o islão e os portugueses, enfraquecendo o poder local.

Conforme diz Mané (1989), a situação geográfica de Kaabú favorecia as comercializações, principalmente o comércio dos escravizados. O território de Kaabú era constituído por um grande espaço dominado pelos mandingas e que passa pelo norte de

8 O principal objetivo da política de Mandinguização não é fazer frente ou oposição ao islão, porque o Djanke Walli, assim como vários outros que o antecederam nunca sentiram ameaçados com o islão no reino, razão pelo qual os primeiros famílias muçulmanas surgiram muito cedo no reino, concretamente em Bidjini, no coração do Kaabú (em termos geográficos). Essas famílias chamavam-se Cassamas ou Gassamas e os Fati ou Fatiba. A Mandinguização tinha como principal objetivo dominar culturalmente outros grupos que viviam dentro do reino mandinga e outros que viviam nos arredores e as zonas de influências mandinga, é nesse processo que os Fulas foram dominados pelos mandingas durante mais do que cinco séculos, pagavam “namo” (tributo), os chamados BALANTA-MANÉS, também passaram pelo este processo dentre vários outros (LOPES, 1989).

Gâmbia, pequena parte de sul da Guiné-Conakry, pela Guiné-Bissau e Cassamansa. Era um reino com formação social rica com várias vias fluviais (Gâmbia, Cassamansa, Geba, Corubal) indo a costa do Atlântico ao oeste africano para facilitar a via de acesso dos emigrantes orientais que queriam chegar o atlântico. Os emigrantes mandingas vindos do Mali e Guiné-Conakry, eram principais fundadores do Kaabú.

Portanto, os mandingas cada vez mais ocuparam os espaços na historiografia de três nações (Guiné-Bissau, Gambia e Senegal), apesar de divisões que existem após Conferência de Berlim. É verdade que as divisões fronteiriças fizeram com que cada mandinga olhasse o outro como menos pertencente Kaabú, ou seja, os alienados de Kaabú, em que várias culturas que tinham em comum passaram ter algumas diferenças devido a situação geográfica de onde habitavam. Por exemplo, podemos encontrar as variações na língua e empréstimo de linguagens em francês e inglês na língua mandinga no Cassamansa e Gâmbia, enquanto que na Guiné-Bissau a língua mandinga é muito mais presente na convivência cotidiano como forma de manter certas denominações de Kaabú, o que vemos isso nas tradições orais. Apesar toda essa história comum entre estes três povos, nenhum deles manifestam laços de continuidade entre Kaabú e o Estado atual. Com tudo isso, estas nações usufruíram e beneficiaram da estrutura política e social da civilização kaabunké.

Dentro desta lógica, podemos ver vários fatores norteadores que originaram Kaabú, destacando sempre o fator primordial dos emigrantes na construção e formação do estado kaabunké,

a ocupação mandinga na KAABU é antiga, pois remota pelo menos ao século XIII, no tempo de Soundiata KEITA, fundador do império de Mali. É permitido mesmo hoje afirmar a presença Senegâmbia é anterior a Soundiata. Avança-se no séc. XII. Só que nessa época, os emigrantes mandingas eram ainda minoritários no seio das populações Baynuk e Padjadinka, consideramos como autóctones da região. Minoritários no séc. XII, Mandingas não tinham também o poder político, na medida que nesse tempo governava na Senegâmbia as Muso-Manso (rainhas em Mandingas) o que denota o impacto matriarcado no mundo kaabunké. (MANÉ, 1989, p. 19)

A origem mandinga tem grandes marcas em Kaabú, os seus emigrantes foram grandes fundadores do reino com sistemas administrativos prevaletentes no espaço conquistado, mas eram também obrigados a aceitar todas as culturas e convivências locais dos grupos que existiam em torno do reino. Com o tempo, a mistura com os outros povos passou a ganhar a força na construção de kaabunké. Nos dias atuais estes são conhecidos não só como verdadeiros mandingas, mas como um encontro de culturas e sangues na formação mandinga (LOPES, 1989).

Ficou claro que, a partir do século XIII, os mandingas tornaram-se os mestres do KAABU. Mas não bastava possuir o poder era necessário também organizá-lo, fazê-lo funcionar para durar. É a isso que os Mandingas iriam dedicar-se durante decênios até ao fim do século XIII e início do século XIV. A organização político e administrativo iria passar do modelo confederal, entre as doze províncias constitutivas do KAABU, ao modelo mais centralizado e personalizado do nyanthioya. Durante fase confederal, cada província largamente autônoma com o seu próprio chefe que devia obediência ao imperador do Mali, a Niani ou Kangaba, onde além disso, todos os chefes de província do KAABU, iriam se fazer consagrar mansa (...). (MANÉ, 1989, p.20)

Apesar da autonomia administrativa que o reino Kaabú tinha, esse dependia de Mali para garantir o funcionamento e segurança no seu território. Nem sempre a decadência de Mali foi bem-sucedida nas instituições Kaabunkés, porque após a queda das estruturas malinkés, a dependência do antigo sistema político Mandem⁹ aumentou exorbitantemente para manter e preservar privilégios do mansa. Na preservação dos costumes e crenças animistas, os praticantes do islão chegaram no território rejeitando todas as práticas que existiam no Kaabú, criando nova perspectiva como forma de negar a civilização mandinga. Obviamente que a política assimilacionista e de diferenças permitiu com que os kaabunkés criassem a nova forma de mandinguização com a hegemonia e dominação de Cassamansa, Gambia e Guiné-Bissau continuando a negar a cultura árabe e europeia (MANÉ, 1989).

4.2 A CULTURA MANDINGA

É bom destacar que o declínio político de Kaabú não conduziu o enfraquecimento da cultura mandinga, mesmo com o desaparecimento de Kaabú, a mandinguização continuou sendo um processo de cativação dos grupos minoritários¹⁰. Em Guiné-Bissau, nos tempos atuais nota-se que byafadas, djakancas, sarakulés e balanta mané estão em via de extinção por costumes de vizinhança mandinga (LOPES, 1999). A convivência mandinga tem grande promoção da cultura na assimilação das tradições orais dos seus antepassados, essas tradições impressionam positivamente outros grupos, por isso, muitos grupos com o decorrer do tempo acabam se identificar como mandinga.

9 Referente à mandinga.

10 Os balantas eram o grupo mais numeroso entre os grupos na Guiné, foram dos mais dominados pelos mandingas, portanto a mandinguização não prosseguia apenas grupos minoritários. Já se perguntou por quê que os balantas foram empurrados para Costa da Guiné (sul)? Ou porquê que historicamente algumas partes do território guineense ainda é conhecido como mandinkadu (bissorã, djendu por aí vai)?

É verdade que reino de Kaabú teve grande influência na historiografia da Guiné-Bissau, principalmente no surgimento¹¹ da língua crioula, que é conhecido como língua veicular. Com todas as dificuldades e conflitos ao redor do Kaabú, isso não fez com que as culturas deixassem de ser enriquecedoras em diferentes esferas: político, religioso, comercial e linguística (LOPES 2005) Depois da predominância de kaabunkés, a influência mandinga passou a ganhar espaço na convivência social, nos vocábulos, línguas, roupas, vida doméstica, alimentação e nas culturais (LOPES, 1989). Estas influências ultrapassaram as fronteiras da Guiné-Bissau, atingindo ainda todos os estados vizinhos de origem mandinga. Pode-se dizer que essas influências deu o surgimento à língua crioulo, como demonstram diversos estudos feitos da língua. O crioulo:

nasceu no século XVI, num período em que os malinquês dominavam já o comércio na região e o Kaabú estava em expansão e desenvolvimento. É provável que os contatos políticos e comerciais se fizessem nas duas línguas principais: o mandinga e o português. Não é estranho, portanto que o mandinga seja considerado um veículo importante da constituição do crioulo. (LOPES, 2005, p.26)

Demonstrando ainda que o mandinga influenciou vários vocábulos de várias línguas oeste-atlânticas, devido a islamização, no qual pode destacar a sua influência até na língua árabe.

Segundo Mendes (2016), apesar mandingas serem considerados maus falantes do crioulo, isso não lhes tira o papel importantíssimo na criação da língua. Após a forte reintegração dos colonizadores portugueses em todo o território nacional, alguns vocábulos e identificações malinkés foram desaparecendo no crioulo, mas foi sabido que a origem é mandinga.

De acordo com Lopes (2005), houve vários protestos de negação das estruturas de formação de Estado Kaabunkés por pensadores ocidentais na inexistência da estrutura social, política e religioso do reino de Kaabú em função das estruturas europeias. Porém se olharmos pela tradição oral existem histórias dos mandingas no Kaabú, existe serias de abordagens que refletem sobre estas temáticas, principalmente os relatos dos griós. Nem sempre a globalização europeia fez desaparecer certas denominações simbólicas¹² na estrutura

11 A relação dos mandigas com a língua crioula é algo embrionária, quer dizer os há estudos que sustentam o surgimento do crioulo aos mandingas, Odete Semedo (IN SORONDA, 2011) acredita que o Criol surge entre os mandingas e os colincas de Geba.

12 A forma de consulta entre homens adultos, sobretudo entre anciãos, era uma prática de compromisso coletivo e construção de consenso baseado na sabedoria do longo prazo. Como essas reuniões comunitárias se faziam na sombra de uma grande árvore, representativa da longa duração e da firmeza, este sistema ficou conhecido em muitas partes da África como a árvore das palavras. (LOPES, 2005)

mandinga, mas destacamos que a divisão de Senegambia em Guiné-Bissau, Cassamansa e Gambia, criou um outro tipo de estrutura dentro da antiga civilização mandinga, em que as nações divididas passaram por vários conflitos sociais e políticos.

4.3 A RELAÇÃO DO POVO MANDINGA COM ISLÃO

A conexão de povo mandinga com a religião islâmica foi processo ancestral, a qual envolveu muitos conflitos e choques de culturas, nomeadamente europeus e árabes na configuração do destino das comunidades africanas. Estas culturas, em princípio, não foram bem-sucedidas dentro do povo mandinga. O islão trouxe novas agendas: não beber álcool, não comer carne de porco e as outras regras que dificultavam a relação entre esta nova estrutura religiosa monoteísta com a cultuação dos deuses na sociedade mandinga. Dado que existia uma grande diversidade de tradições e costumes em que a maioria das pessoas não podia estar ligada a outros preceitos religiosos devido limitações da convivência social que a religião islâmica prevê. O problema entre os “animismos” e islamizados criou uma divisão dos mandingas em diferentes partes e projetou uma civilização nas comunidades em que várias pessoas se afastaram das suas culturas e costumes em detrimento da religião islâmica. A partir daí o poder islâmico passa ser interpretado como um saber hierarquizado a ser transmitido por via pessoal, assim também nos espaços de aprendizagem, especificamente nas escolas corânicas. É notório que graças aos mandingas e fulas¹³ houve um disparo de números de fiéis muçulmanos, sendo dois grupos islamizados com maior número de população entre todos que fazem parte da mesma religião, cada dia essa expansão ocupa um lugar de destaque na comunidade guineense.

De acordo com Cardoso (2003):

Durante os muitos anos do domínio mandinga, o islamismo pode considerar-se, na Guiné, como endemia latente. O islão começou por se circunscrever às camadas sociais elevadas (régulos e nobres), continuando o povo à margem dessa crença e todo devotado ao culto dos antepassados. No período de 1885/ 1890 a ação Mandinga foi a tal ponto sincronizada que, enquanto procuravam bater os Sóninqués e os Balantas, impondo-lhes a conversão ao islamismo, faziam o mesmo tempo entre Felupes na margem direita do Cassamansa. A guerra santa servia ao mesmo tempo de pretexto para a pilhagem e para escravização dos povos animistas. (CARDOSO, 2003, p. 48)

13 Grupo responsável pela propagação do islã na costa da Guiné a partir do século XVIII, os Fulbe vieram da Síria atravessando pelo Baixo Egito até centro africana, onde vão se expandir para Oeste e Oriente deste continente (WILSON, 2017; MOREIRA, 1971).

Moio (2008) acredita que a entrada de mandingas na religião muçulmana forjou a divisão do grupo mandinga e determinou sua crença religiosa, os convertidos ao islamismo vão ser denominados como mandingas e os não convertidos denominados dos kafir ou Soninkeó (não muçulmanos). Ainda se verificam outras subdivisões provenientes das questões políticas, econômicas e sociais.

Na totalidade dos mandingas podemos verificar e considerar que islamizados e animistas são duas categorias que constroem a nação guineense em vários domínios da esfera social, política e cultural. Também pode-se notar as diferenças sensíveis nos costumes entre estes mandingas, na organização social e até na língua. De alguma forma, pode-se dizer que não existem razões para ligar povos que perderam seus laços históricos em função das tradições e religiões. Segundo Moio (2008), a família mandinga está dividida em três elementos: os mandingas propriamente dito (islamizado), o soninquê (fetichista) e o djôlá (procedente de djôladú). Demonstra ainda que os dois primeiros grupos têm uma política bem construída e o último está em via de extinção por razões de alienação aos majoritários.

A fuga dos mandingas do “animismo” para o islão restabeleceu uma nova forma de viver e compreender as coisas em função de tradicional e moderno como novas agendas de expansão em diferentes aspectos sociais e político. A prática religiosa islâmica determina um modo de vida que não se resume só na propagação da fé, mas cogita também na instrumentalização da consciência dos crentes no sagrado e profano como salvação. Talvez dicotomia do homem em relação ao divino, proliferou de certa maneira popularidade islâmica dentro do povo mandinga em relação as religiões tradicionais. O povo mandinga passou o mesmo processo que muitos grupos africanos passaram para se tornarem islamizados.

A vitalidade do Islão na África Negra é considerada como resultante da vitalidade e dinamismo das confrarias. Estas, sobretudo depois do século XVIII, muito contribuíram para o processo de disseminação do Islamismo, sendo que, para muitos africanos, tornarem-se Muçulmanos era entrarem para uma confraria, visto encontrarem nelas um sucedâneo para as suas tradicionais sociedades secretas, por várias razões extintas ou em vias de extinção. (GARCIA, 2005, p.4)

Segundo Garcia (2005) o expansionismo muçulmano teve condições favoráveis graças às religiões tradicionais e costumes sociais africana. O islamismo chegou ao seu apogeu no continente através da alfabetização e a popularização dos meios de comunicação, a tarefa religiosa impõe a crença num ser superior e único, mostrando que não há divindade além deste ser. As escolas corânicas tradicionais desempenharam o papel importante na proteção do islão na preservação e criação de uma cultura contra o saber hegemônico (ocidental) para

integrar o indivíduo na sociedade islâmica. Esse saber ajudou o povo mandinga ao afastar do tradicional para o moderno.

Para Garcia (2002) o islão nos certos países africanos é condicionado pelas confrarias, tanto pelo patrimônio e pela sua influência, como também pelas ligações internacionais. Muitas das vezes as confrarias são conduzidas a desempenhar o papel político em vez de prestar o serviço religioso estritamente. Apesar de mandingas serem considerados como povos islâmicos, a dinâmica do poder social baseia ainda na projeção das confrarias. Certas comunidades mandingas perpetuam os costumes dos ancestrais, sobretudo aquilo que refere o espírito ancestral.

Referendo tudo isso, percebemos que o povo mandinga para além de ser aquele grupo privilegiado ao longo da história da África subsaariana, também fortificou acima de tudo as relações do poder político e religiosa na história de várias comunidades africanas, inclusive Guiné-Bissau.

5 METODOLOGIA

A pesquisa irá abordar a chegada dos mandingas na Guiné-Bissau desde os séculos XII e XIII, acompanhando a integração desse grupo na sociedade e demonstrar os avanços significativos ao longo da propagação do islão na transformação da nação guineense. Para realizar esta pesquisa será necessário recorrer primeiramente às publicações feitas por outros autores através de livros, revistas, artigos, monografias, blogs, nas bibliotecas e nos sites de internet. Pretendemos trabalhar na base da pesquisa do campo, usando método qualitativo.

Conforme Severino (2007), a pesquisa bibliográfica é aquela que nos permite fazer a seleção dos textos escritos pelos autores, que abordam sobre a temática da área a ser pesquisada. A nossa pesquisa tem o olhar sobre as obras dos autores que debruçaram a respeito da história mandinga. Um dos principais teóricos da nossa pesquisa serão os pesquisadores Carlos Lopes, Mamadu Mané e Carlos Cardoso, estes escreveram várias e diferentes dissertações e artigos referente ao povo mandinga guineense. De certa forma, as nossas indagações dialogam com as teorias destes pesquisadores no ponto de vista epistemológico e científico.

O projeto será escrito a partir de uma perspectiva histórica e sociológica, baseada nos estudos africanos e afro-diáspóricos da formação do império e reino da antiga estrutura do Mali e Kaabú como sendo os pontos de referência. Nascimento (2009) assevera que os

estudos africanos e afro-diáspóricos, promovem a dimensão das epistemologias na recuperação das histórias e raízes, onde o próprio africano será o narrador da sua própria história. Na base disso, procuramos abordar a história mandinga e trazer as civilizações desde o período pré-colonial até a conquista da independência.

Assim, para além da bibliografia acadêmica, trabalharemos com fundamentos das pesquisas bibliográficas relacionando com algumas músicas do artista mandinga Laló Quebá, que narrou várias histórias desde o período da chegada dos mandingas no território guineense.

Por fim, uma pesquisa de campo apoiará o trabalho investigativo. Alonso (2016) assegura que a pesquisa qualitativa é aquela que o pesquisador faz o estudo a partir de um método que lhe facilita para chegar as informações privilegiadas na base de um grupo focal, baseada na pergunta de partida que o pesquisador coloca. Sendo assim, a pesquisa terá um grupo focal anciões e djidius (músicos, filósofos e mestres do conhecimento tradicional) e chefes de algumas aldeias de região de Bafatá e Gabú. Escolhemos estas regiões pela presença de grande número dos mandingas que ali se instalaram desde a fundação do reino de Kaabú, para além de serem os lugares com maior concentração de mandingas, e que preservaram costumes e tradições do rito ancestral. Iremos entrevistar cinco anciões, três mulheres e dois homens, de sessenta a oitenta anos de idade, na Secção de Xime, Região de Bafatá. Também serão entrevistados quatro anciões na região de Gabú, duas mulheres e dois homens, de sessenta a oitenta anos de idade. As entrevistas terão os mesmos procedimentos técnicos na coleta e análise de dados.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho é reflexo da ruptura trazida pela investigação bem aprofundada sobre o povo mandinga. É válido afirmar que é difícil pesquisar o tema que você vivencia no cotidiano. Tracei várias dificuldades para fazer um recorte sobre esse tema, mas como a minha mãe dizia, não existe impossível, com a dedicação e confiança tudo se resolve de um dia para outro. É impossível entender as estruturas do reino Kaabú e império de Mali sem dar um recuo histórico para tentar entender a profundidade de fontes. Nestas sincronias, a atual Guiné-Bissau tornou-se palco de disputa entre o Reino Kaabú e Império Mali sobretudo na transformação da identidade. O povo mandinga é aquele grupo que pode ser compreendido dentro de uma lógica diferenciada, por conta das interseções do período “animista” e islâmica ao longo das narrativas, apesar de existir tradição muito mais consolidado sobre o culto ancestral, porém a contemporaneidade acaba nos distraindo destas informações.

É difícil abordar certas coisas pelas exigências que a própria ciência nos limita enquanto pesquisadores, por isso cada momento que tentei introduzir algo. Mesmo sendo pertinente, a minha orientadora me chama atenção sobre a referência do que está sendo detalhado. Acho que, cada mistério tem algum conteúdo que pode ser desenvolvido em diferentes maneiras, não daquilo que os outros escreveram, mas também somos em algum momento fonte desta mesma narrativa. Tive que deixar e ocultar algumas abordagens em função do objetivo da pesquisa, mas que poderão aparecer ao longo do projeto.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo**. Sesc São Paulo/CEBRAP. São Paulo, 2016.

BENZINHO, Joana; ROSA Marta. **Guia turístico: à descoberta da Guiné-Bissau**. Coimbra: Gráfica Ediliber, 2015.

CAMPOS, Américo. **História da Guiné-Bissau em datas**. 2012. Disponível em: <https://guinebissaudocs.files.wordpress.com/2012/04/histc3b3ria-da-guinc3a9-bissau-em-datas.pdf>. Acesso em: 17-08-2018.

CARDOSO, Carlos. **O Islão na África Subsaariana**. In: As tendências actuais da religião do islão na Guiné-Bissau. Centro de estudos africanos, Faculdade de Letras Universidade do Porto. Maio de 2003. P. 45-56

COSTA, Eduardo Dias. **O islão na África Subsaariana**. A entidade muçulmana kaabunké - um processo de construção identitária sui generis na senegâmbia. Centro de estudos africanos, Faculdade de Letras Universidade do Porto. Maio de 2003. P.57-74

GARCIA, Francisco Proença. **O Islão, as Confrarias e o Poder na Guiné (1963-1974)**. Colóquio Internacional, Identidades, Poderes e Etnicidades – O Islão na África Subsariana. Janeiro 2002. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/321137054>. Acesso em: 18-12-2018.

GARCIA, Francisco Proença. **O Islão na África Subsariana. Guiné-Bissau e Moçambique, uma análise comparativa**. Africana Studia, Janeiro 2005. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/321137324> Acesso em: 20-12-2018.

JAUARÁ, Manuel. **Análise do Processo de Transição Democrática na África Lusófona**. Curitiba: Editora CVR, 2017.

LOPES, Carlos. **O Kaabu e os seus vizinhos: uma leitura espacial e histórica explicativa de conflitos**. Afro-Ásia. N. 32, Salvador, n-32 2005. pp. 9-28 Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21086> Acesso em: 05-01-2019

LOPES, Carlos. **Resistências africanas ao controle do território alguns casos da costa da Guiné no séc. XIX**. SORONDA, Revista de estudos guineenses, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP). N-7 89. 1989. pp 5-16.

LOPES, Carlos. **Kaabunké espaço território e poder na Guiné-Bissau, Gâmbia e Casamance pré-coloniais**. Tradução de Maria Augusta Júdice e Lurdes Júdice. Título original: Les Kaabunke – Structures politiques et mutations. Lisboa, 1999.

MANÉ, Mamadú. **Uma das grandes entidades do património histórico senegambiano**. SORONDA, Revista de estudos guineenses, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP). N-7 89. 1989. pp 17-30.

MALACCO, Felipe Silveira de Oliveira. **O Gâmbia no mundo atlântico: fulas, jalofos e mandingas no comercio global moderno (1580-1630)**. 1.edição. -Curitiba: Editora Prismas, 2017.

MENDES, Livonildo Francisco. **Origem da língua crioula falada na Guiné-Bissau e em Cabo Verde**. 2016. Disponível em: cienciapoliticagb.blogspot.com Acesso em: 18-12-2018

MOIO, Rui. **Mandingas ou um pouco história da Guiné**. Abril de 2008. Disponível em: www.antologiasemprosa.blogspot.com.br/2008/04/mandingas-ou-um-pouco-da-histria-da.html. 2008. Acesso em: 13-05-2018.

NASCIMENTO, Elisa Larkin (org). **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica e inovadora**. SANKOFA 4. São Paulo: Selo Negro, 2009.

PINTO, Paula. **Tradição e modernidade na Guiné-Bissau: uma perspectiva interpretativa do subdesenvolvimento**. (Dissertação de Mestrado). CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS DA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO, Portugal. 2009. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/23213/2/tesemestpaulapinto000093779.pdf> Acesso em: 25-06-2018.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23 Edição revista e atualizada 5 reimpressões. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

WILSON, Maurício Camilo da Silva. **Assentamentos da herança afro-portuguesa nas margens dos rios da Guiné**. Revista África e Africanidades. Disponível em: www.africaeaficanidades.com.br. 2017. Acesso em: 29-06-2018